

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais**

**Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Ruralistas saem frustrados de reunião sobre demarcação.</b> Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 03/12/2013 .....	3
<b>A propósito da proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas.</b> Cimi – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/12/2013 .....	3
<b>Governo prepara pacote de R\$ 28 bi para rodovias.</b> Mauro Zanatta – O Estado de São Paulo, Economia. 08/12/2013 .....	5
<b>Câmara instala comissão para analisar PEC da demarcação de terras.</b> Daiene Cardoso – O Estado de São Paulo, Política. 10/12/2013 .....	7
<b>Câmara retoma discussão sobre repassar demarcação de terras indígenas ao Congresso.</b> Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 10/12/2013 .....	7
<b>Governo anuncia medidas para melhorar escoamento da safra agrícola –</b> Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/12/2013 .....	8
<b>Barulho à vista.</b> Sonia Racy – O Estado de São Paulo, Blogs. 12/12/2013 .....	9
<b>MST e CUT fazem críticas e cobranças ao governo Dilma.</b> Ricardo Della Colleta e Daiene Cardoso – O Estado de São Paulo, Política. 13/12/2013 .....	9
<b>Produção biodinâmica ganha adeptos entre vinicultores franceses –</b> Folha de São Paulo, Deutsch Welle. 16/12/2013 .....	10
<b>Governo leiloa nesta 3ª feira mais um trecho da BR-163.</b> Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 17/12/2013 .....	12
<b>Renam critica STF e diz que só Congresso pode fazer leis.</b> Daiene Cardoso e João Domingos – Folha de São Paulo, Política. 18/12/2013.....	13
<b>Faeg pede que governo federal compre feijão para elevar preços.</b> Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 20/12/2013 .....	14
<b>Altos e baixos da cartilha tucana.</b> Fernando Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 19/12/2013 .....	14
<b>Querido Papai Noel.</b> Antônio Márcio Buainain – O Estado de São Paulo, Economia. 24/12/2013.....	17

## **Ruralistas saem frustrados de reunião sobre demarcação. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 03/12/2013**

Uma comissão formada por 13 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu nesta terça-feira, 03, com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir a proposta de portaria elaborada pelo Ministério da Justiça para reformular os procedimentos de demarcação de terras indígenas. A audiência foi marcada após os parlamentares articularem mais uma convocação da ministra para prestar esclarecimentos à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a exemplo do que ocorreu em maio deste ano, quando ela prometeu mudanças na política de demarcação de terras indígenas. O presidente da FPA, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), disse que mais uma vez saiu frustrado de uma reunião com a ministra Gleisi Hoffmann, pois acha que o governo continua protelando, sem propor uma solução real para a insegurança no campo provocada pela política de demarcação de terras indígenas.

Na avaliação do deputado, nem mesmo a proposta de portaria do Ministério da Justiça contribui para resolver o problema, apesar de abrir a participação de outros ministérios no grupo técnico que analisará as demarcações. O deputado afirmou que nos próximos dias os deputados da FPA devem se reunir com o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB/RN), para cobrar a instalação da comissão especial que analisará a PEC 215. A proposta de emenda transfere o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de novas terras indígenas.

Heinze citou dois casos recentes ocorridos no Rio Grande do Sul que refletem a gravidade da situação. No município de Vicente Dutra, no norte do Estado, a prefeitura nesta semana decretou estado de emergência, depois que indígenas caingangues e agricultores entraram em conflito. Heinze conta que em Sananduva, também no norte gaúcho, um agricultor foi obrigado a pagar R\$ 20 mil aos índios para colher 7 hectares de trigo em sua propriedade.

### *Resistência*

Em Mato Grosso do Sul, os produtores rurais realizam em Campo Grande um grande leilão no próximo domingo, 07, para arrecadar recursos que serão utilizados em ações judiciais contra as invasões indígenas. Os organizadores pretendem arrecadar R\$ 3 milhões na venda de animais, cereais, máquinas e outros produtos doados pelos próprios agricultores e pecuaristas do Estado. O deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) disse que a campanha do chamado "Leilão da Resistência" já recebeu cerca de mil cabeças de gado, além de toneladas de soja, milho e algodão.

---

## **A propósito da proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas. Cimi – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/12/2013**

*Propor mudanças na sistemática de demarcação das terras indígenas, caso da minuta*

*apresentada pelo Ministério da Justiça, é a resposta do governo aos seus aliados do agronegócio. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) se manifestou em repúdio a tentativa do governo de publicar tal portaria. Confira:*

Como ele não pode renunciar publicamente ao seu dever constitucional, a saída encontrada foi criar um imbróglio capaz de assegurar que em tempo algum tenha que decidir sobre a declaração dos limites de uma terra indígena, sobretudo se a delimitação contrariar os seus amigos latifundiários. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia a tentativa do governo de publicar tal portaria.

O governo FHC, com o Decreto 1775/96, já havia feito um movimento semelhante trazendo para a via administrativa o chamado “direito ao contraditório” no procedimento demarcatório das terras indígenas. O argumento usado para tentar convencer os povos indígenas dessa mudança foi o de evitar as ações na Justiça e, em consequência, agilizar a demarcação das terras indígenas. Aconteceu o contrário. Proliferaram as ações na Justiça. Curiosamente o argumento do governo atual e suas motivações são exatamente os mesmos.

Por isso é perfeitamente compreensível a indignação das lideranças indígenas diante do cinismo governamental que tenta enganá-los pela segunda vez com os mesmos argumentos mentirosos. Não precisa ser nenhum expert para perceber que a demarcação das terras indígenas envolve a disputa entre interesses por um lado e direitos por outro, irreconciliáveis, e se o governo propõe a mudança na forma da demarcação das terras para atender a reivindicação dos ruralistas, ele o faz de forma consciente para impor perdas aos povos indígenas.

O governo adotou como estratégia usar as terras indígenas como moeda de troca nas suas negociações políticas. Os povos indígenas, através da mobilização, têm sistematicamente se oposto e inviabilizado esta prática e por isso vêm criando constrangimentos ao governo na relação com seus aliados. Com a proposta de mudança na sistemática de demarcação das terras indígenas e com a Portaria 303, da AGU, o governo sinaliza para estes aliados que continua disposto a honrar os compromissos firmados.

Os interlocutores do governo com o movimento indígena e popular, para desmobilizar a luta, enchem a boca para afirmar que se trata de “uma decisão de governo” um grande empreendimento aqui ou acolá, sobretudo dos PAC’s, fazendo crer que é irreversível e o negócio é um só: aceitar. Com as usinas hidrelétricas têm sido assim: haja o que houver, mesmo criando problemas para os povos e comunidades locais, destruindo o que tiver que destruir. Se as comunidades resistem, ou trabalhadores entram em greve, o governo age com a Força Nacional de Segurança.

Não é este o discurso que o governo adota quando se trata de garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Não existe “uma decisão de governo” para dizer aos defensores do latifúndio, da concentração da terra, do desmatamento, do uso indiscriminado de agrotóxicos, dos

alimentos transgênicos que mesmo que “chova canivete” fará respeitar o direito sagrado a terra destes povos e comunidades.

O comprometimento desse governo com a lógica da exploração e acumulação chegou a tal ponto que já não percebe o absurdo de sua proposta e o quanto é desprezível e mesquinha a tentativa de convencer os povos indígenas a aceitá-la. A arrogância venceu o medo.

*Conselho Indigenista Missionário – Cimi*

---

### **Governo prepara pacote de R\$ 28 bi para rodovias. Mauro Zanatta – O Estado de São Paulo, Economia. 08/12/2013**

*Após leilões deste ano, estratégia em 2014 será investir em obras de ampliação ou manutenção de estradas em regiões metropolitanas*

O governo prepara anteprojetos e editais para licitar R\$ 23 bilhões em 55 novas obras rodoviárias e contratar outros R\$ 5,5 bilhões em ações de manutenção e conservação em estradas federais em 2014. O plano é uma aposta para tirar a economia da letargia e alavancar investimentos públicos e privados, além de servir como cartão de visita para a campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Escolhidas a dedo pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), boa parte das obras será executada em regiões metropolitanas densamente povoadas. Somado à carteira de obras em andamento no Dnit, o arsenal de duplicações, contornos, acessos, vias e arcos rodoviários superará R\$ 40 bilhões em contratações no ano eleitoral.

O Dnit quer "sinalizar" ao mercado sua disposição para acelerar essas obras, incluídas na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Nosso objetivo é contribuir com o PIB nacional e dotar o País de uma melhor logística de transporte", diz o diretor-geral do departamento, general Jorge Fraxe. Esse conjunto de intervenções será licitado, até julho, pelo Regime Diferenciado de Contratações (RDC), modalidade de licitação que inclui, em um só pacote, do projeto básico até a execução final.

O plano federal inclui a licitação, construção ou conclusão dos arcos rodoviários em regiões populosas das áreas metropolitanas do Rio, Belo Horizonte e Recife, além de Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia. O chamado Arco Sul de Belo Horizonte complementar as obras em execução nos trechos Leste e Norte, tocados pelo governo estadual. Para deslançar a contratação, o Dnit fez um acordo com a Justiça para remover quatro mil famílias que vivem no entorno da obra. "Estamos no anteprojeto, definindo o traçado", diz Fraxe.

Melhoria. O Arco do Recife, de 77 quilômetros, cujo valor deve superar R\$ 1 bilhão, será licitado em dois lotes. Segundo Fraxe, "é para não fracionar muito e facilitar

fiscalização". A obra desafogará Recife e sua região metropolitana, ligando a BR-101 com o Porto de Suape.

Concebido nos anos 1970, o Arco do Rio compreende a duplicação de 145 km na BR-493 e será acelerado no trecho de 25 km entre Manilha e Santa Guilhermina. E ligará uma dezena de cidades da Baixada Fluminense, descongestionando o tráfego pesado da capital.

Em Santa Catarina, o Dnit licitará uma via expressa para ligar o continente à ilha de Florianópolis, além da construção de um túnel de 3 km no chamado Morro dos Cavalos, onde há anos discutem-se questões indígenas. Ainda em área metropolitana, serão licitadas duplicações de rodovias federais nos acessos a São Luís, Natal e Porto Alegre. Serão construídas vias marginais da BR-304 na capital potiguar, além da ligação com a vizinha Parnamirim e acesso ao aeroporto privado de São Gonçalo do Amarante.

Na ilha de São Luís, serão duplicadas as ligações com o interior pela BR-135. No trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo, na BR-116, serão feitas "adequações" e "melhorias operacionais", como duplicação de viadutos e faixas exclusivas para caminhões. "É obra para uns R\$ 300 milhões", diz Fraxe.

O pacote também contempla contornos rodoviários, acessos e travessias urbanas em Porto Velho, Santarém (PA), Serra (ES), Itaperuna (RJ) e São Miguel D'Oeste (SC). "São cidades vitais para o governo", diz.

Agricultura. A "Noiva" da vez entre os candidatos à presidência, o agronegócio terá prioridade nos planos. Em Mato Grosso, serão licitados 11 lotes de 600 km da BR-242, essencial para escoar as safras até a ferrovia Norte-Sul. A BR-158, na região do Araguaia, ganhará 300 km de asfalto. Em Goiás, serão 50 km do trecho Uruaçu-Luís Alves na BR-080. No Paraná, haverá obra nas BRs 163, 277 e 153, todas relevantes para o campo.

O trecho gaúcho Santa Maria-Santo Ângelo, da BR-392, cuja licitação deve ultrapassar R\$ 1 bilhão, será duplicado. Em Minas, outra obra de R\$ 1 bilhão em 340 km da BR-251, em Montes Claros, terá prioridade.

Estão na lista do Dnit intervenções em rodovias e áreas urbanas de cidades médias consideradas estratégicas, como Juiz de Fora (MG), Vila Velha (ES), Ponta Grossa (PR), Juazeiro-Petrolina (BA-PE), Imperatriz (MA), Fortaleza (CE), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT) e Macapá (AP).

Para agradar o setor privado, terão prioridades obras de acesso aos portos de Itajaí, Imbituba (SC), Rio Grande, Paranaguá, Vila Velha, Miritituba (PA) e Pecém (CE). "É nossa parte para ajudar a deslanchar um segmento importante para a economia", diz o general Fraxe.

---

## **Câmara instala comissão para analisar PEC da demarcação de terras. Daiene Cardoso – O Estado de São Paulo, Política. 10/12/2013**

*Deputados da bancada ruralista, que compõem a maioria, deixaram a reunião aos gritos de 'assassinos' por índios que protestavam contra a instalação*

Brasília - Sob protestos de um grupo de cerca de 40 índios mundurucus, os deputados conseguiram instalar nesta noite a Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de novas terras indígenas. A comissão é formada por ampla maioria de parlamentares da bancada ruralista.

Mesmo com a oposição do governo, que classifica a proposta como inconstitucional, os ruralistas saíram vitoriosos na estratégia de não perder tempo e instalar a comissão nesta terça. "A decisão (sobre a demarcação de terras indígenas) não pode ser do Executivo nem do Judiciário", defendeu o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que deve ocupar a relatoria da PEC. A presidência da comissão deverá ficar com o PT.

A instalação da comissão foi cercada por seguranças da Câmara, que temiam o confronto entre ruralistas e os índios. Os manifestantes, que estavam numa sala ao lado, entraram no plenário logo que a sessão foi aberta. Com o clima tenso, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) conseguiu apenas declarar instalada a comissão e anunciou a eleição dos componentes do grupo para esta quarta-feira, 11, à tarde. Ao final, os deputados da bancada ruralista deixaram a reunião sob gritos de "assassinos", numa referência dos índios às mortes ocorridas no campo nos últimos meses.

---

## **Câmara retoma discussão sobre repassar demarcação de terras indígenas ao Congresso. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 10/12/2013**

Mais uma vez pressionado pela bancada ruralista, o comando da Câmara criou nesta terça-feira (10) uma comissão especial para analisar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere do Executivo para o Legislativo a atribuição para demarcação de terras indígenas.

A discussão da matéria foi suspensa depois que povos indígenas fizeram uma série de protestos em Brasília contra a proposta. O tema foi retomado depois que a bancada cobrou uma solução do governo para os conflitos entre indígenas e produtores que se espalharam pelo país.

A versão preliminar de uma portaria do Ministério da Justiça não agradou aos ruralistas. Os deputados ligados ao agronegócio argumentam que a promessa de descentralizar o processo de demarcação da Funai (Fundação Nacional dos Índios) não se concretizou. Segundo os parlamentares, pelo texto, os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, além da Embrapa, seriam apenas órgãos consultivos, sem poder de decisão.

"Eles não participam do processo, são apenas consultivos, opinativos", afirmou o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS).

Outra reclamação é que a portaria não traria mecanismo para anular eventuais processos de demarcação com problemas. A decisão de rediscutir a PEC foi comunicada hoje aos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advogado-Geral da União) e ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, durante reunião na presidência da Câmara.

Cardozo voltou a apontar que o governo é contra a mudança sugerida pela PEC. "Somos, reitero, inteiramente contra essa proposta, que não ajuda em nada, só acirra os ânimos nas situações que temos em todo o país", afirmou. "Se um dos lados tentar impor sua posição ao outro, o conflito só acirra e não resolve nada", completou.

Com a criação da comissão, os líderes partidários devem indicar os integrantes. Com isso, o debate deve ficar para depois de fevereiro, na volta do recesso parlamentar. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deve negociar com os partidos os nomes. A ideia é propor um equilíbrio de forças na comissão. Ele tem dito que a ideia de discutir a PEC é costurar um grande pacto, um fórum para o debate de ideias para resolver os conflitos.

Atualmente, a demarcação é feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação.

---

### **Governo anuncia medidas para melhorar escoamento da safra agrícola – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/12/2013**

Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, dos Transportes, César Borges e da Secretaria de Portos, Antonio Henrique da Silveira, anunciaram na tarde desta quarta-feira, 11 de dezembro, em Brasília, um pacote de medidas com o objetivo de facilitar o escoamento da safra agrícola.

Esta ação conjunta, apoiada nas ações de um Grupo de Trabalho formado por integrantes dos três ministérios, vai melhorar o transporte de grãos, especialmente durante os meses de março, abril e maio, quando um grande volume de carga sai do Centro-Oeste para os principais portos do País.

Para o ministro Antônio Andrade, “a competência e a competitividade do setor, que pode resultar numa safra de aproximadamente 200 milhões de toneladas, no período 2013/2014, cria necessidades que precisam ser enfrentadas pelo governo. E é isso que estamos fazendo ao apresentar um pacote de soluções para escoar a grande produção brasileira de grãos”.

---



## **Barulho à vista. Sonia Racy – O Estado de São Paulo, Blogs. 12/12/2013**

Na visão da bancada ambientalista na Câmara, a comissão que debaterá a PEC 215 (criada anteontem e que transfere do Executivo ao Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas) é vingança dos ruralistas e da base aliada pela redução de verbas do governo federal às emendas parlamentares.

“O objetivo é causar desgaste a Dilma em ano eleitoral, já que o assunto terá repercussão no mundo inteiro”, disse um deputado verde à coluna. “Sabem que é inconstitucional, mas não estão nem aí.”

---

## **MST e CUT fazem críticas e cobranças ao governo Dilma. Ricardo Della Colleta e Daiene Cardoso – O Estado de São Paulo, Política. 13/12/2013**

O distanciamento da presidente Dilma Rousseff com os movimentos sociais do campo e com pautas trabalhistas foram alvo de críticas na tarde desta sexta-feira, 13, durante o primeiro dia de debates do quinto Congresso do PT, em Brasília. João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), acusou o governo da petista de ter promovido "retrocessos" na área fundiária e cobrou que a presidente receba o movimento para discutir o tema.

"Uma parceria política não pode ser só um chavão, tem que ser concreto", disse João Paulo. A presidente tem sido cobrada pelo MST por um número pequeno de famílias assentadas. Segundo João Paulo, foram 150 famílias assentadas neste ano, enquanto que há 80 mil acampadas, à espera de assentamento.

Um dos convidados a falar na tarde desta sexta-feira no congresso, ele cobrou ainda a presidente pelo seu distanciamento com o movimento. "A Dilma se reúne com a Kátia Abreu (senadora pelo PMDB e presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil) e com o agronegócio", criticou. "O MST está tentando reunião (com Dilma) sobre os problemas com a reforma agrária. Achamos que vamos ter que falar com o papa".

Após a eclosão das manifestações populares do meio do ano, que abalaram a popularidade da presidente, Dilma recebeu no Palácio do Planalto representantes de movimentos sociais do campo, entre eles do MST. Na ocasião, o movimento assumiu a defesa da bandeira da reforma política, um dos pontos encampados por Dilma como resposta às manifestações.

A presidente também foi cobrada pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas. "É um absurdo nós passarmos este governo e não mexermos com o fator previdenciário e não reduzir a jornada de trabalho", criticou. "Entendemos que o governo Dilma tem que ter um marco que deixe claro o seu compromisso com a classe trabalhadora, porque com os empresários já teve", concluiu.

As cobranças e críticas disparadas contra o governo Dilma foram minimizadas pelo secretário de comunicação do partido, José Américo, que é presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo. Ele disse que as críticas vieram de "setores minoritários" e que elas foram "muito residuais". "A Dilma recebeu até o Passe Livre", rebateu.

---

### **Produção biodinâmica ganha adeptos entre vinicultores franceses – Folha de São Paulo, Deutsch Welle. 16/12/2013**

A colheita da uva está prestes a começar no vinhedo de Bernard Duseigneur, em Saint-Laurent-les-Arbres, no coração da região de Côte-du-Rhône, na França.

O ex-banqueiro londrino, que retomou um negócio familiar, prova algumas uvas para verificar se elas já estão maduras. Além de provar as uvas, Duseigneur também consultou um calendário astrológico para verificar o melhor dia para a colheita.

O agricultor faz parte de um crescente grupo de vinicultores que aplica técnicas "biodinâmicas" em vinhedos. "É bom ser orgânico porque não é preciso respirar produtos químicos. Mas, na condição de amante de vinhos, tenho que reconhecer que a agricultura orgânica não garante a qualidade do vinho", afirma Duseigneur.

Para ele, a qualidade do vinho depende de reunir produtores e vinhedos em torno dos princípios escritos pelo filósofo, educador e místico alemão Rudolf Steiner há cerca de um século.

A agricultura biodinâmica é orgânica, ou seja, sem o uso de pesticidas, fungicidas e fertilizantes químicos. Mas seu conceito vai além, abrangendo também o movimento da lua e das estrelas e aplicando tratamentos "preventivos" no solo - um pouco na tradição da medicina chinesa, conta o vinicultor.

O objetivo é enriquecer o solo. Para isso, os agricultores biodinâmicos estimulam o surgimento de um ecossistema adequado, usando insetos, microorganismos, ervas daninhas e minhocas. Isso permite que as videiras cresçam num solo rico e puro, afirmam.

#### *SABOR LOCAL*

Essa técnica de produção agrada em particular vinicultores franceses. Na Califórnia, na Austrália ou na África do Sul, vinicultores acreditam que um bom vinho é fruto principalmente de seu trabalho. Na França, produzir um bom vinho significa sobretudo obter um produto que incorpore as características de solo e clima de uma região, do terroir onde é feito.

"Na Borgonha, os monges perceberam há mil anos que, usando apenas um tipo de uva (pinot noir), eles podiam produzir vinhos muito diferentes, mesmo que as propriedades distassem apenas alguns metros umas das outras", afirma Duseigneur.

Segundo ele, essa variação ocorre devido às diferenças nos solos. "Nós tentamos encontrar vinhos que expressem o caráter único de um local", completa.

O conceito de agricultura biodinâmica cai como uma luva numa nação assim, avalia o especialista Olivier Magny. "Está em curso uma revolução discreta. Cada vez mais pessoas percebem que a agricultura biodinâmica deixa o solo mais vivo, o vinho mais interessante e, frequentemente, os preços mais altos", afirma.

Magny acrescenta que a maioria dos melhores vinhos é biodinâmica. "Provavelmente o vinho mais caro do mundo, Domaine de la Romanée Conti, é biodinâmico há alguns anos", opina.

Mas, embora certificados biodinâmicos, como Demeter ou Biodivin, possam indicar sabor e qualidade, consumidores não devem achar que esses vinhos estão sempre livres de aditivos químicos. Na Europa, é permitido que vinicultores orgânicos e biodinâmicos adicionem sulfitos para conservar o produto.

A prática é frequente, apesar de esses produtores utilizarem uma quantidade menor dessa substância do que os tradicionais.

#### *NEM SEMPRE MELHOR*

Mas com ou sem substâncias químicas, a ideia de que selos orgânicos ou biodinâmicos sejam indicadores de qualidade não convence o enólogo Michel Bettane, coautor do Grande Guia dos Vinhos da França.

"Há muita propaganda, hipocrisia, marketing e mentiras para o consumidor. É possível produzir um vinho excelente, utilizando de maneira inteligente substâncias químicas. Alguns dos melhores vinhos do mundo continuam sendo produzidos dessa maneira, e eles não são piores por causa disso", afirma Bettane.

"O vinagre é parte da natureza, mas o vinho, não. O vinho é parte da civilização." O especialista é cético sobre alguns dos métodos pouco usuais da viticultura biodinâmica.

Steiner escreveu longas instruções sobre maneiras de preparar o solo, aparentemente sem nenhuma experiência científica para comprovar suas técnicas.

Uma de suas sugestões, a Fórmula 505, consiste em cortar cascas de carvalho em pequenos pedaços, colocá-las dentro do crânio de um animal doméstico, envolvê-lo com um pedaço de turfa e enterrá-lo num local onde corra muita água da chuva.

Em Côte-du-Rhône, Duseigneur demonstra uma de suas técnicas. Ervas daninhas recolhidas no vinhedo são fervidas, como se fossem um chá, e depois misturadas numa grande máquina. Em seguida, essa mistura é pulverizada no solo das videiras. "Nós usamos princípios básicos. Na verdade, é senso comum. Pode soar um pouco maluco às vezes. Mas tem uma razão para tudo. Por exemplo, o estrume bovino, a nossa famosa Fórmula 500, é realmente um super-adubo", afirma Duseigneur. "É pouco importa se há coisas que ninguém entende: o que interessa é que funciona."

## **Governo leiloa nesta 3ª feira mais um trecho da BR-163. Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 17/12/2013**

SÃO PAULO - Mais um trecho da BR-163 será leiloado nesta terça-feira, 17, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No mês passado, foram licitados 850,9 quilômetros da rodovia no Mato Grosso. Desta vez, a agência vai leiloar a continuação da estrada no Mato Grosso do Sul. Serão 847,2 quilômetros disputados por seis grupos: CCR, Queiroz Galvão, Invepar, Odebrecht, Triunfo Participações e o Consórcio Rota do Futuro, liderado por Ecorodovias. A tarifa-teto para o pedágio é de R\$ 9,27 para 100 quilômetros.

A disputa vai ocorrer na BM&F Bovespa, na capital paulista, às 10 horas. O trecho que será leiloado faz parte da rota usada pelo agronegócio do Centro-Oeste para exportar grãos especialmente pelo Porto de Paranaguá e exigirá investimentos de R\$ 5,69 bilhões em 30 anos de concessão. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a concessão da BR-163 no Mato Grosso do Sul deverá evitar a saturação da via prevista para os próximos anos.

De acordo com o Projeto Centro-Oeste Competitivo, elaborado pela CNI em parceria com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), trechos da rodovia poderiam operar até três vezes acima de sua capacidade caso investimentos em melhorias e ampliação já tivessem sido feitos. Pelo estudo, um dos pontos mais preocupantes de toda a extensão no Estado está entre os municípios de Dourados e Mundo Novo.

Apesar de estar com capacidade de utilização acima de 80%, o trecho do Mato Grosso do Sul está melhor que o de Mato Grosso, cuja concessão foi arrematada pela Odebrecht, com deságio de 52% (pedágio de R\$ 2,64).

Na semana que vem, o governo deve promover a última disputa do ano: a BR-040 (DF/GO/MG). Na avaliação do professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, trata-se do filé mignon da 3.ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais. "Ela cruza Minas Gerais em área muito rica e abre uma perspectiva para as exportações para o Rio. Do outro lado, faz a ligação com Brasília." Para 2014, o governo deverá fazer apenas mais um leilão: o da BR-153, entre Anápolis (GO) e Palmas (TO). O foco no ano que vem serão ferrovias.

Na segunda-feira, 16, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os estudos de viabilidade do primeiro trecho de concessão de ferrovias, entre Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO). O TCU impôs, porém, algumas determinações que o governo terá de cumprir antes de publicar o edital. O TCU cobrou ajustes em itens, como custo de terraplanagem e transporte de quantitativos. As mudanças poderão reduzir entre 20% e 30% o valor da obra. Com as correções, a ferrovia, de R\$ 6,3 bilhões, poderá ficar R\$ 1,7 bilhão mais barata.

*Colaborou Anne Warth*

**Renam critica STF e diz que só Congresso pode fazer leis. Daiene Cardoso e João Domingos – Folha de São Paulo, Política. 18/12/2013**

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), mandou um recado direto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contra a iniciativa do Judiciário de discutir o financiamento de campanhas eleitorais. "Acho que é uma coisa meio invasiva, com a qual o Congresso Nacional não pode e não vai concordar", disse Calheiros.

Essa é a primeira vez que o presidente do Congresso se manifesta sobre o assunto desde que as Cortes começaram a julgar a possível proibição de doação de empresas em campanhas. "A melhor reação é lembrar sempre que quem recebeu a delegação do povo para legislar foi o Congresso e não o Tribunal Superior Eleitoral", destacou o peemedebista.

Após a reação negativa do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Calheiros classificou a ação do Judiciário como intromissão. "Só o Congresso pode fazer as leis. É importante que o Supremo saiba disso e o Tribunal Superior Eleitoral também", reforçou o senador, após solenidade de devolução simbólica do mandato do presidente deposto, João Goulart.

Nesta semana, o TSE colocou em pauta a discussão sobre a proibição de doação de recursos para as campanhas políticas em 2014 por empresas brasileiras que tenham empréstimo com bancos oficiais e que sejam controladas ou controladoras de negócios estrangeiros. A proposta, encampada pelo ministro Dias Toffoli, pode excluir as principais empreiteiras e grandes empresas do País do rol de doadoras nas próximas eleições e eliminar contribuições do agronegócio.

Na semana passada, o STF começou a julgar a ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que contesta a constitucionalidade da doação de dinheiro para campanhas eleitorais por empresas. Até o momento, quatro ministros - Luiz Fux, Joaquim Barbosa, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso - julgaram ser inconstitucional o financiamento de campanhas por pessoas jurídicas. Um pedido de vista do ministro Teori Zavascki adiou a discussão para o ano que vem.

*Fux*

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a Corte tem adotado uma nova forma de agir, deixando simplesmente de considerar leis inconstitucionais, forçando o Congresso a votar normas que se fazem ausentes, a exemplo da proibição de financiamento de campanhas eleitorais por parte de empresas, que está em exame pelos ministros do tribunal.

"Vivemos em um Estado democrático de Direito, em que a voz maior é a voz da casa do povo, que é o Congresso", disse Fux, depois de visitar o presidente da Câmara,

Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), nesta quarta-feira, 18. Ele disse que o STF está examinando a constitucionalidade ou não da doação de empresas às campanhas políticas porque a Corte age quando provocada. A ação, neste caso, foi apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O julgamento do mérito só deverá terminar no ano que vem, mas boa parte dos ministros já votou pela proibição das doações de empresas.

Segundo Fux, quando examina a constitucionalidade das leis, o STF tem sugerido ao Congresso que faça um novo ordenamento jurídico, de forma a evitar que haja questionamentos no Judiciário. Ele foi à Câmara receber a medalha do Mérito Legislativo, pois não pôde comparecer à sessão que distribuiu a honraria.

---

### **Faeg pede que governo federal compre feijão para elevar preços. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 20/12/2013**

BRASÍLIA - Com uma queda de quase 50% nos preços do feijão nos últimos 12 meses, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) encaminhou uma solicitação à Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) pedindo que seja feita Aquisição do Governo Federal (AGF).

Atualmente, com o valor mínimo estimado em R\$ 95 a saca de 60 quilos, o preço da saca pago ao produtor é de R\$ 87,60 na Bahia e R\$ 93,50 em São Paulo. Doze meses atrás, os preços eram de R\$ 167 e R\$ 180, para Bahia e São Paulo.

A Faeg diz que aguarda uma ação da Conab no início de janeiro, após “o momento de festividades de final de ano”. As AGF’s funcionam como instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

---

### **Altos e baixos da cartilha tucana. Fernando Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 19/12/2013**

A cartilha com 12 diretivas para a plataforma tucana, lançada esta semana durante evento no auditório da Câmara que teve Aécio Neves como orador e principal estrela, apresenta avanços em relação ao até agora confuso plano de voo do PSDB para as eleições de 2014.

O documento delineia uma visão mais liberal para a política pública e consolida uma crítica coerente aos troços petistas na política econômica.

Mas a cartilha, apesar dos seus méritos, está longe de significar a superação das dificuldades tucanas em montar um discurso efetivo de campanha (que se complica com a anunciada troca de marqueteiro por Aécio). Apesar de não conter somente generalidades, como apontaram alguns analistas, em diversos momentos o documento resvala para o óbvio e para a tentação de agradar a gregos e troianos.

No primeiro item, em que critica a corrupção, a mensagem da cartilha esbarra no fato de que os tucanos têm o telhado de vidro do Mensalão mineiro e do mais recente “tremalão” paulista. É duvidoso que, nessa situação, o partido arrisque-se a investir pesadamente na tecla moral durante a campanha.

Já os itens dois e dez, que tratam de economia, apresentam uma perspectiva em que a candidatura Aécio pode de fato se diferenciar. Basicamente, trata-se de uma crítica à chamada “nova matriz econômica” petista (embora, sabiamente, esse termo restrito do economês não tenha sido utilizado). Assim, ataca-se a perda de credibilidade da política econômica, o baixo crescimento, a alta inflação, a piora da balança comercial, o aumento desenfreado dos gastos públicos, a fragilização da Petrobrás, o agigantamento do BNDES, a precariedade da infraestrutura e o fechamento da economia brasileira.

Os itens dois e dez devem ser lidos em conjunto com a terceira diretiva, sobre o papel do Estado, para que se cristalize de fato uma ideia tucana sobre como gerir o Brasil. A proposta é sair da discussão sobre o tamanho do setor público para o debate sobre a sua eficiência. Assim, uma política macroeconômica mais responsável e ortodoxa se combinaria com uma economia mais aberta e um Estado mais eficiente e contido, em contraponto à heterodoxia intervencionista do atual governo.

Um bom ponto do programa é a “definição de metas de desempenho, acompanhamento e fiscalização permanentes” para as políticas públicas. A avaliação de programas há muito tempo está na receita da tecnocracia que esteve no poder da era FHC até o fim da gestão Palocci no primeiro mandato de Lula, mas nunca foi levada muito a sério por nenhum governo.

A crítica da cartilha à política econômica petista é um bom ponto de partida, mas não isento de dificuldades. Os ataques à má gestão da Petrobrás, por exemplo, são em boa parte uma forma indireta de defender maiores aumentos dos preços de combustíveis. No documento, está escrito que “a Petrobrás vem sendo arruinada (...) por (...) responsabilidades que não lhe dizem respeito, como o controle da inflação”. Aécio defenderá o aumento da gasolina na campanha? Aposto que não.

Outro problema é que o PT sempre poderá lembrar que o Brasil, na época em que os tucanos estavam no Executivo federal, não era exatamente uma economia estável, com um Estado eficiente e abundantes investimentos em infraestrutura. Em qualquer comparação deste tipo, o PSDB sai perdendo, e o argumento de que eram tempos mais difíceis e o Brasil apenas iniciava a convalescença depois das décadas perdidas não parece convencer o eleitorado.

Finalmente, há a questão de que os grandes nós fiscais do Brasil, que no fundo são os grandes nós da política econômica, viraram tabus, e a cartilha de Aécio naturalmente avança com muito cuidado neste terreno.

Dessa forma, defende-se uma “política adequada para o salário mínimo que proteja e garanta o poder de compra dos trabalhadores e dos aposentados”. Como se sabe, o

salário mínimo indexa mais de 20 milhões de benefícios federais, e a política de aumentos reais é o principal fator de expansão do gasto público no Brasil desde pelo menos o início da década passada. Os mais afeitos a ler nas entrelinhas poderiam dizer que a cartilha omite o aumento real do mínimo, ao falar apenas em “garantir o poder de compra”. É muito improvável, porém, que Aécio puxe essa questão para o debate eleitoral de 2014, por razões óbvias.

Mesmo com todas as dificuldades, a bandeira da crítica à política econômica não deveria ser abandonada pelos tucanos. Bem ou mal, o partido está associado à estabilidade trazida pelo plano Real e por iniciativas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A inflação é um flanco vulnerável do atual governo, o que é bem compreendido tanto pela oposição quanto pela situação.

Um item que também merece destaque na cartilha é o de número cinco, sobre política social, em que o Bolsa-Família é mencionado várias vezes. Parece uma tentativa de lançar uma visão mais pró-ativa dos programas sociais, com ênfase na emancipação produtiva, em contraposição ao que seria a eternização do assistencialismo. É uma aposta de risco, dado o público cativo dos Bolsa-Família. Não há nenhuma menção a extinguir ou reduzir o programa, mas em propaganda política, qualquer crítica, mesmo construtiva, já pode servir para o adversário levar a pulga para trás da orelha do eleitorado.

O restante do documento é bem menos incisivo. Há as evidentes críticas à saúde e à educação, mas não fica muito claro o que os tucanos fariam de tão diferente do que vem sendo realizado desde a redemocratização (inclusive por eles mesmo de 1995 a 2002).

#### *Viés ideológico da política externa*

Na segurança, entra a proposta de que o governo federal assumira um papel muito mais relevante, mas é algo mais fácil de falar na oposição do que no Poder Executivo. Afinal, Brasília tira o corpo fora do tema segurança exatamente para não arcar com a responsabilidade de um dos mais intratáveis problemas nacionais, com as culpas sendo normalmente atribuídas pela população aos governos estaduais.

Há também um item sobre o federalismo, mas a infundável guerra do ICM-S mostra que o assunto depende de muito mais do que declarações bem intencionadas. O item 11, laudatório ao agronegócio, encaixa-se desajeitadamente com o item nove, sobre o meio ambiente. A cartilha faz promessas sobre direitos à terra para quilombolas e sobre respeito à propriedade privada para produtores rurais, com a promessa de que o governo vai negociar e arbitrar, levando paz e tranquilidade ao campo. Novamente, mais fácil falar do que fazer.

O item 12 finalmente, o último da lista, sobre diplomacia e política externa, tem mais substância. Afinado com a questão econômica, ele delimita bem o território tucano em oposição ao petista. O item abre com uma afirmação forte: “o viés ideológico imposto à nossa política externa nos últimos anos está isolando o Brasil do mundo”. A partir daí,



combina-se a crítica à suposta boa vontade da diplomacia petista em relação a ditaduras com o ataque à estratégia comercial que torna o Brasil uma das economias mais fechadas do mundo. É uma boa conclusão para um documento que dá passos na direção da necessária afirmação da identidade do PSDB, mas que ainda não superou definitivamente a timidez do partido em defender suas bandeiras e sua história.

*Fernando Dantas é jornalista da Broadcast*

*Este artigo foi publicado ontem na AE-News/Broadcast*

---

### **Querido Papai Noel. Antônio Márcio Buainain – O Estado de São Paulo, Economia. 24/12/2013**

Talvez o sr. nem se lembre da minha carta do ano passado (Estado, 25/12/2012, B2), na qual arrolei vários pedidos, entre os quais ajudar o País a levar a sério a educação e os governantes a respeitarem a população desatendida por serviços públicos de péssima qualidade, que só se explicam pelo descaso das autoridades.

Nesses pontos o sr. não me atendeu. Para mim, a pior notícia do ano é que 50% dos jovens de 15 anos não compreendem o que leem e 2 entre 3 são incapazes de entender percentuais, frações e de interpretar gráficos simples. Na Matemática, que é a linguagem da ciência moderna, nossos jovens continuam tropeçando nas quatro operações. Quanto à qualidade dos serviços públicos, é melhor não chover no molhado, porque a temporada de chuvas já tem feito grandes estragos, a maioria previsível e evitável, se houvesse pelo menos uma pitada destes ingredientes tão importantes para a democracia: respeito ao povo e receio do seu julgamento. As manifestações de junho chegaram a assustar e nos deram alguma esperança de mudança, mas logo tudo voltou a ser como dantes no quartel de Abrantes.

Confesso que hoje lhe escrevo com sentimentos divididos. Celebramos o pleno-emprego (que é explicado pela baixíssima produtividade do trabalho), a elevação do consumo doméstico e o desempenho da agricultura e do agronegócio, cujas exportações chegaram a US\$ 94 bilhões e evitaram o colapso das contas externas. Mas não dá para esquecer que o País não cresceu, que a indústria continua minguando e que mantivemos uma política de remendos, mais voltada para manter a máquina em marcha lenta do que resolver os problemas que restringem o desenvolvimento.

Quando olho para o lado, vejo que o mundo progride muito mais do que nós e que vamos ficando para trás em todas as áreas relevantes. Outro dia li que, em 2012, a China superou os EUA em registros de patentes, com pedidos cem vezes superiores ao número de registros feitos pelo Brasil, e lembrei-me de que há apenas 20 anos nós estávamos à frente e exportávamos inovações para a China. É essa a medida do nosso atraso relativo.

Seria injusto não reconhecer uma mudança que, do meu ponto de vista, foi a melhor coisa que aconteceu no ano em matéria de economia, e que certamente contou com sua

intervenção, já que constava da lista de pedidos da minha última cartinha: que o governo federal aceitasse suas dificuldades para enfrentar os desafios da infraestrutura e definisse regras claras e condições adequadas para atrair o investimento privado. Valeu, Papai Noel! Finalmente o governo cedeu, as obras nos aeroportos "concedidos" estão aceleradas, as riquezas do pré-sal serão exploradas, rodovias serão melhoradas, portos modernizados e quem sabe este tardio pacote de investimentos não seja a semente de um novo ciclo de crescimento, agora mais sustentável?

Papai Noel, meu pedido para 2014 é que o sr. nos ajude a ter mais Estado e menos governo. Sei que não é fácil, mas o brasileiro acredita em Papai Noel e temos de manter as esperanças para o ano-novo. Que nossas agências reguladoras regulem de fato os prestadores de serviços e protejam os cidadãos dos abusos diários que são cometidos. Por exemplo, já imaginou se a Anatel assegurasse o funcionamento dos celulares e que a banda larga comprada, paga e prometida fosse de fato entregue aos usuários? E que tal se a Aneel exigisse das distribuidoras de energia, que nos cobram uma fortuna por kw/hora, os investimentos para assegurar um fornecimento estável e que resista às chuvas e trovoadas que, não se sabe por que, insistem em tumultuar a vida do País a cada verão. E se os planos de saúde funcionassem como prometem? E se as políticas públicas fossem executadas pensando mais no cidadão e menos na eleição, a eficiência e os resultados não seriam bem melhores?

Querido Papai Noel, sei que é muito pedido para um Natal só, mas não posso deixar de incluir um último: que o Verdão, que acaba de ser campeão da segundona, volte glorioso para celebrar o centenário com muitos títulos.

*É PROFESSOR DE ECONOMIA NA UNICAMP*

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa